

# IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DA ÁREA 21 SOBRE OS PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: RUPTURAS, CONTINUIDADES E DESAFIOS

*Giovani De Lorenzi Pires  
(LaboMídia e Motrivivência/UFSC)*

## Notas Iniciais

Início minha participação<sup>1</sup> neste Fórum da Pós-graduação do CBCE saudando a todas as pessoas que nos acompanham online. É um enorme prazer e maior ainda a responsabilidade de me dirigir a tantos e tantas pesquisadores tão qualificados da nossa área.

Saúdo de modo especial meus colegas de mesa, os professores Alex Fraga (editor da revista Movimento) e Alexandre Vaz (editor dos Cadernos de Formação/CBCE), além do nosso mediador, prof. Silvio Telles, também coordenador do Fórum, não apenas pelo convite, mas sobretudo pela forma gentil e cuidadosa com que ele fez esse convite. Ele esperou que eu me desfizesse de algumas dificuldades que tive para atendê-lo e foi muito generoso e muito educado nesse trato. Então, Silvio, muito obrigado! Ainda não nos conhecemos pessoalmente, mas já te admiro muito.

Aproveito ainda para agradecer ao CBCE, na pessoa da nossa presidenta, a profa. Gislene Alves do Amaral. Como já disse em outras ocasiões em que fui distinguido com convites como esse, “convite do CBCE não é convite, é convocação!” Desnecessário dizer o quanto me sinto lisonjeado pela oportunidade.

É interessante que, em menos de duas semanas, essa é a minha segunda participação em eventos do nosso CBCE.

No último dia 17/11, participei como convidado do Simpósio Nacional comemorativo aos 25 anos dos GTTs<sup>2</sup>, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Naquela ocasião, além da honra de ser homenageado como um dos “dinossauros” dos GTTs, tive o grande prazer de compartilhar uma mesa com a nossa querida Eustáquia Salvadora de Souza, a “mãe dos

---

<sup>1</sup> Mesa na íntegra. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_Uf-jRkThZ0](https://www.youtube.com/watch?v=_Uf-jRkThZ0). Acesso em: 23/08/2023.

A maior parte do presente texto foi produzido a fim de subsidiar minha participação na mesa acima referida, no Encontro do Fórum da Pós-Graduação do CBCE, ocorrido nos dias 30/11 e 01/12/2022, no formato online. Daí decorre o seu tom bastante coloquial, que foi mantido propositadamente, ainda que alguns trechos tenham sido revisados, ampliados e atualizados *a posteriori* (jan/fev - 2023).

<sup>2</sup> Grupos de Trabalhos Temáticos do CBCE.

GTTs”. Na oportunidade, rememoramos o processo de gestação e parto dos GTTs, respectivamente nos CONBRACEs de Vitória, 1995, e Goiânia, em 1997. Rimos bastante lembrando uns “causos” daquele período. O título da mesa foi: “Da origem dos GTTs à sua consolidação no CBCE”.

Ou seja, tratava-se de um convite a um olhar para a memória da construção e consolidação desse modelo de organização dos CONBRACEs que depois virou instância organizativa do próprio CBCE.

Hoje, nesse novo e honroso convite, somos instados a refletir sobre “Impactos da avaliação da área 21 sobre os periódicos da Educação Física: rupturas, continuidades e desafios”, ou seja, a pensar

[...] o panorama das revistas quanto ao impacto da avaliação da área 21, principalmente sobre as classificações baseadas em indicadores como JCR, SJR e H5 e suas repercussões na escolha de pesquisadores na busca por divulgação científica.

Isto é, de certo modo, um exercício de “futurologia” quanto ao que é possível acontecer com os periódicos diante do novo quadro de classificação dos mesmos pela CAPES, o tal Qualis-referência (2017-2020)<sup>3</sup>.

De modo especial, isso me deixa muito feliz e orgulhoso, porque se em Belo Horizonte pude dar minha contribuição para recordar o passado da nossa sociedade científica, hoje aqui sou convidado a “pensar pra frente”, a perspectivar como esse binômio não resolvido, esse par dialético, que envolve os periódicos e os Programas de Pós-graduação (PPGs), poderá (ou não), finalmente, entender que nossa trajetória e nosso futuro, apesar dos ranços de parte a parte, são mutuamente interdependentes.

Aliás, já nos referimos a isso algumas vezes, especialmente em Editorial da Motrivivência (SILVA; PIRES, 2012) e em artigo publicado na RBCE (SILVA; PIRES, 2014). No nosso ponto de vista, a importância dos periódicos nacionais da área não é reconhecida pelas coordenações dos Programas de Pós-graduação em Educação Física, embora sejam os periódicos o principal veículo de difusão do conhecimento produzido nos Programas e, sobretudo, o principal parâmetro para avaliação dos mesmos. O trabalho técnico-editorial de editores e de avaliadores de periódicos é muito pouco valorizado nas avaliações de docentes dos Programas.

---

<sup>3</sup> Não esperem de mim um estudo bibliométrico! Estou editor, quase ininterruptamente, há 28 anos - desde 1994; antes, na Revista Brasileira de Ciências do Esporte e, a partir de 2001, na Motrivivência. Mas nunca me interessei verdadeiramente por estudar esses índices bibliométricos que os colegas conseguem identificar e destacar com impressionante qualidade e clareza.

Sobre esse tema, há alguns anos, minha colega de editoria da Motrivivência, a professora Bianca Poffo, e eu resolvemos elaborar um pequeno texto, o qual intitulamos “A avaliação da pós-graduação em Educação Física e suas implicações para os periódicos da área: “publicar ou perecer” vale também para os editores” (PIRES; POFFO, 2018).

Tratava-se de um relato/ponto de vista “de dentro” e “por dentro” da editoria da nossa revista, sobre essa relação nem sempre saudável e amistosa do nosso periodismo científico com o Sistema Nacional de Pós-Graduação, com as avaliações da CAPES, com o Qualis e, especialmente, com os programas de pós-graduação em Educação Física.

Baseamo-nos na ocasião em texto seminal de Eunice Trein e José Rodrigues (2011), que usa o conceito freudiano de “mal-estar da civilização” para explicar a luta de Eros e Tânatos na pós-graduação brasileira, diante de um certo reconhecimento, não sem alguma dor, de que o produtivismo científico é um “mal-estar necessário” à ciência, à academia. Na sequência, Villaça e Palma (2013), aprofundaram e ampliaram essa discussão de modo igualmente memorável e relevante para nós. Sobre esse produtivismo exacerbado no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Educação Física, já em 2007 o prof. Luiz Oswaldo Rodrigues publicou um importante alerta, que contrapunha quantidade *versus* qualidade nas produções da área (RODRIGUES, 2007).

Em síntese, em nosso texto afirmávamos que o “publicar ou perecer” que assola os pesquisadores (e os programas de Pós) vale igualmente, por extensão, aos editores de periódicos científicos. O tema da nossa mesa de hoje vai tratar exatamente disso.

Em que pese Barata (2016), em texto da própria revista de Pós-Graduação da CAPES, reafirmar que o Qualis vale somente para avaliar os Programas de Pós-Graduação, sabemos que do Qualis depende uma série de outros processos de avaliação, classificação e discriminação de outras instâncias que fazem parte do SNPG, inclusive e sobretudo os periódicos.

Uma das nossas críticas na ocasião foi em relação ao que consideramos uma certa hipocrisia, uma corruptela do uso da própria palavra Qualis. Esse radical latino indica uma ideia de qualidade, de um atributo particular, de “um jeito de ser”, enfim, de um critério específico sujeito à crítica (aliás, a palavra critério deriva do grego *kriterion*, que significa discernimento, separação).

Então, dizíamos que o uso do termo “qualis”, neste caso, é uma hipocrisia dado que sua aplicação se dá, e cada vez mais, relacionada a um critério quantitativo, representado pelo famoso Fator de Impacto ou do índice H (número de citações que são registradas entre os periódicos do seu próprio conjunto de periódicos – e não por acaso, todos esses “critérios”

quantitativos são definidos por empresas privadas, mas esse é outro papo). Talvez melhor se o denominássemos “Quantis”, dissemos naquela ocasião...

Daí decorriam e, acredito, ainda decorrem alguns questionamentos:

- 1) No cálculo do FI ou do índice H não há qualquer possibilidade de se avaliar a qualidade dessas citações? O “impacto” é o mesmo, seja quando as citações concordam, discordam ou mesmo malham a obra citada? Será que não é possível observarmos (também) “critérios propriamente epistêmicos”, como bem afirmam Villaça e Palma?
- 2) Quem ou o quê um FI considera impactado por uma citação? Teria alguém fora do curralzinho, isto é, além da pequena comunidade científica que lê, critica ou utiliza uma obra publicada? Por exemplo: um modelo vitorioso de cisternas adaptadas no nordeste brasileiro, cujo relato em uma revista científica sequer alcança um FI, mas salva a vida de milhares de pessoas, não tem “impacto”? Um periódico online que tem, em um ano, quase 500 mil acessos de IP únicos, não tem “impacto” na sua comunidade científica? A adesão às práticas preconizadas pelo movimento internacional de Ciência Aberta, como os pré-prints, a publicação de pareceres, a divulgação dos arquivos dos dados das pesquisas, nada disso deve ser considerado como “fatores de impacto” na produção e sobretudo no acesso democrático e universal ao conhecimento científico?
- 3) O que fazer com o crescente e alarmante número de textos retratados ou mesmo despublicados, por plágio, autoplagio ou más condutas éticas de pesquisa e/ou de editoração, mas que mesmo assim foram citados quando publicados? Não esqueçamos do escândalo do Caso (Alan) Sokal, em 1996 – se já existisse, qual teria sido o FI daquele texto publicado na *Social Text*?<sup>4</sup>

Passemos agora à questão do Qualis único ou Qualis referência.

Trata-se, é verdade, de uma antiga aspiração de parte significativa da comunidade acadêmica, sobretudo daquelas subáreas que, por tradição ou por inovação, transitam em mais de uma subárea ou mesmo em mais de uma área do conhecimento ou ainda são classificadas como interdisciplinares. Por longos anos, criticou-se o fato de um mesmo periódico ser classificado em estratos tão díspares num sistema que, em tese, tinha os mesmos critérios

---

<sup>4</sup> Nos anos 90, Alan Sokal, professor de física da Universidade de Nova York e de matemática no University College de Londres, notabilizou-se por seus ataques aos acadêmicos pós-modernos. Em 1996, enviou um artigo, que ele mesmo descreveria depois como completamente sem sentido, à revista pós-moderna de estudos culturais *Social Text*. Sua ideia era comprovar que uma revista daquele tipo publicaria qualquer coisa absurda, desde que soasse bem e apoiasse os preconceitos ideológicos dos editores contra as ciências exatas. O texto passou por todas as fases da edição e acabou publicado.

para todos os periódicos avaliados. Assim, um periódico, de acordo com a sua abertura à publicação de pesquisadores de áreas conexas, poderia ser classificado em várias áreas, com Qualis diferentes. Cito o exemplo da *Motrivivência* que, mesmo sem ter uma relação muito próxima com a Psicologia, era (em 2016) “qualificado” como B2 nesta área, a mesma classificação que tínhamos na Educação Física, enquanto éramos B5 na Educação (ainda que nosso projeto editorial explicitamente privilegie as abordagens socioculturais e pedagógicas da cultura corporal!)

Em edição da RBPG dedicada à discussão do SNPG, Qualis e outras questões relacionadas à avaliação da Pós-graduação, há um interessante texto de pesquisadores do ITA (SOMA; ALVES; YANASSE, 2016) que, a partir de um modelo experimental usado pela área da Engenharia, conseguem adequar e equalizar periódicos com FI diferentes, de modo que a classificação no Qualis de cada um seja comum a todas as suas subáreas da Engenharia. Os mesmos autores, no entanto, reconhecem que, para campos como as Humanidades, essa aplicação não seria adequada por conta do relativamente baixo número de periódicos desse campo com FI.

Sem examinar a fundo, acredito que tal dificuldade tenha levado o CTC-Capes a incluir o índice H5 ou índice H10 para periódicos que não estão indexados às bases *Scopus* ou *Web Of Science*.

A questão, eu creio, não é exatamente se devemos ter ou não um Qualis único ou um Qualis-referência; ou se é bom ou não termos esse modelo. Para não me alongar, as questões que devemos nos fazer são, na minha opinião:

1) Esse é mesmo o melhor modelo para implantação de um Qualis único? Não esqueçamos que a definição da CAPES por um Qualis único aconteceu num momento que: a) o governo federal massacrava a ciência, a pesquisa, a produção de conhecimento, as universidades, a estruturas de financiamento e apoio à pesquisa; b) a pandemia de Covid-19 monopolizava todas as atenções para a busca de vacina e para estratégias de universalização de vacinação; c) a CAPES passava por grave crise institucional e de credibilidade, tendo inclusive tido interrompido seus processos de avaliação dos PPGs na Justiça.

2) Houve transparência e participação efetiva da comunidade na definição desse modelo? A constituição dos Colégios (de Ciências da Vida, das Humanidades e das Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar), com suas áreas e subáreas puderam mesmo participar, incentivar e colher as opiniões e sugestões dos mais de quatro mil PPGs a serem avaliados? E qual o peso das representações destes Colégios junto ao Conselho Técnico Científico,

que é quem, em última análise, dá a palavra final (inclusive arbitrando aspectos não deliberados pelos Colégios, como no caso dos indexadores do Qualis único)?

Como tudo isso ocorreu na vigência de uma gestão caótica da CAPES, a partir do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma e da chegada da extrema-direita fascista ao poder no Brasil, eu penso, sinceramente, que a resposta a essas duas questões é um sonoro NÃO!

O fato, porém, é que chegamos a esse estado de coisas. Os Programas de pós-graduação, pesquisadores e editores estão sendo chamados a pensar como sobreviver nessa terra arrasada produzida pelo negacionismo, pela absurda tentativa de destruição da ciência, do conhecimento, das universidades, das instituições democráticas, que marcou os últimos seis anos, e os últimos quatro de modo especial e persistente.

Chegamos então ao presente quadro decorrente da nova conformação do Qualis dito referência... Isso, considerando que esses quadros apresentados por aí sejam verdadeiros, porque na página da CAPES e na plataforma SUCUPIRA não havia nada oficial<sup>5</sup>.

A primeira grande mudança que podemos observar é o aumento, em dobro, dos estratos A, que passam de 2 (A1 e A2) para 4 (estratos A1, A2, A3 e A4). Só essa decisão já aumenta a pressão sobre os periódicos que se encontravam nos estratos B, pois há mais caminhos a serem percorridos visando uma melhor classificação!

Tomemos, como exemplo, um periódico que era A2 e passou hoje para estrato B2. Ele “desceu”, na verdade, 4 estratos, gerando um achatamento e uma aproximação artificial a um periódico que era B2 e passa para B3. Este é o caso, se estou correto, da Movimento, RBCE e Revista de Cineantropometria em relação à Motrivivência<sup>6</sup>.

Qual o significado real dessa “reclassificação”? Quais os critérios usados para sustentar que agora a diferença entre, por exemplo, a Movimento e a Motrivivência é de apenas um estrato? A Movimento tem Fator de Impacto no JCR, é indexada na base Scopus, tem índice H5 igual a 18; a Motrivivência não tem nenhuma dessas indexações e um índice H5 de 3. Logicamente, seria de se esperar que a distância anterior, que era de dois ou mais estratos, se mantivesse no novo Qualis, sobretudo porque se esgarçou ainda mais o número de estratos,

---

<sup>5</sup> No último dia útil do mês de dezembro de 2022, quando já se encerrava o ano, o (des)governo e a errática gestão da CAPES, a instituição publicou na sua plataforma SUCUPIRA, a “lista preliminar” do novo Qualis, relativa às apurações da Avaliação Quadrienal do período 2017-2020.

<sup>6</sup> Na referida “lista preliminar”, pode-se perceber que as nossas afirmações acima se concretizaram, ainda que a classificação dos periódicos citados tenha ficado um pouco maior do que se anunciava. Movimento, RBCE e a Revista de Cineantropometria foram classificadas no estrato B1 e a Motrivivência no B2. Assim, nossas críticas quanto 1) ao rebaixamento coletivo dos periódicos da Educação Física e 2) à (falsa) pequena indiferenciação entre aquelas revistas continuam válidas.

atualmente em oito... Mas não foi o que aconteceu. A concentração de periódicos da Educação Física entre os estratos B1 e B3 cria uma falsa pouca indiferenciação entre eles... Pior que isso, a distância destes periódicos com os do “andar de cima”, os do estrato A, aumentou e alcançou a praticamente todas as revistas da área. Fomos todos empurrados para baixo!

No mínimo, podemos nos questionar quanto à aludida “objetividade” da presente forma de classificação dos periódicos. No mínimo! Estudo preliminar produzido por Lazzarotti Filho e Nascimento (2019)<sup>7</sup>, a partir da publicação do of.nº6/2019/GCAP/DAV/CA-PES)<sup>8</sup>, comparou 12 periódicos da Educação Física e igualmente 12 periódicos da Educação. O estudo mostrou que enquanto na Educação Física a aplicação da metodologia adotada pela CAPES para o Qualis único rebaixava 100% dos periódicos analisados, limitando-os todos ao estrato intermediário B, na Educação, as revistas tiveram as suas classificações pré-existentes no estrato A mantidas, quando não elevadas.

Outras áreas e subáreas, naquele momento (2019) ou mais recentemente, com a publicação da tal lista preliminar (2022), demonstraram sua insatisfação com diversos aspectos deste processo, deste a falta de transparência do debate até mesmo a importância de ter-se ou não um sistema de classificação único de periódicos. Uma das questões levantadas, por exemplo, é falta de representatividade junto à área de determinados periódicos que, por ter às vezes uma única citação nas avaliações da mesma, passam a contar com classificação em estratos muitas vezes superiores àqueles periódicos que, tradicionalmente, veiculam a produção daquela área.

O campo da Saúde Coletiva, articulada em torno dos periódicos da Fundação Oswaldo Cruz, em Carta Aberta sobre a proposta de Qualis único, também levantou uma série de críticas e limites da referida proposta, criticando, entre várias coisas, a presumível excessiva anglicização da produção científica sobre temas tão particulares à realidade e cultura brasileira, em vista das exigências das bases internacionais adotadas como critério de classificação dos periódicos. A Carta chama a atenção, sobretudo, para os prejuízos trazidos aos mestrandos profissionais, no caso, na saúde pública, que, apesar de reconhecida relevância social, não tem uma produção acadêmica que caiba nas métricas destes indexadores internacionais e de língua inglesa.

A área da Economia, igualmente, criticou a adoção do Qualis único, afirmando que:

---

<sup>7</sup> LAZZAROTTI FILHO, A.; NASCIMENTO, O. A. S. **Análise comparativa das revistas do campo da Educação Física e da Educação a partir da proposta de unificação do Qualis Periódicos**. Estudo não publicado, apresentado e discutido no Fórum de Editores de Periódicos Científicos da Educação Física. Porto Alegre, 28-29 nov. 2019.

<sup>8</sup> Assunto: aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação e esclarecimentos a respeito do Qualis Periódico e avaliação da produção intelectual”, onde se encontram as justificativas, fundamentos e elementos operacionais para a adoção do Qualis único pela CAPES.

A classificação do Qualis da área de Economia está em completo descompasso com a relevância dos periódicos não só em termos gerais, como também nas subáreas de nosso campo. Os erros são tantos que seria constrangedor nomeá-los.

A título de curiosidade, observe-se que a maioria esmagadora das críticas vem das áreas das ciências duras, mostrando a indignação destas em ter que avaliar periódicos das Humanidades em seus PPGs da mesma forma que as suas “vacas sagradas” editoriais, nacionais e internacionais.

Cabe, ainda, questionar como se organiza/organizou o sistema de avaliações dos periódicos no interior das áreas e colégios para esse novo Qualis? O que faz com que um periódico da área 21, identificado com a Educação Física, seja avaliado pela Educação Física e outro periódico, também da área 21, também da Educação Física, seja avaliado no âmbito da Educação ou da Saúde, por exemplo... Os Qualis agora são únicos, mas será que são únicos também os critérios que umas e outras comissões de área utilizam para as suas avaliações dos periódicos?

Além disso, é possível considerar que um determinado periódico, cuja relações com subáreas próximas permitem que o mesmo seja avaliado pela comissão de área de subáreas próximas, decida privilegiar na sua veiculação artigos destas áreas conexas a fim de criar, artificialmente, um deslizamento da sua área original para uma nova área ou subárea, se considerar que isso poderia representar uma melhor avaliação e classificação no sistema do Qualis único.

## **O que pode acontecer? O exercício de futurologia...**

Como as áreas e subáreas dos Programas de pós-graduação tem (ainda) relativa autonomia para estabelecer os critérios de pontuação das avaliações de docentes, discentes e dos próprios Programas, creio ser razoável antever dois cenários possíveis:

Cenário 1: os PPGs percebem que há aí uma cilada e “abaixam o sarrafo”<sup>9</sup>, estabelecendo uma pontuação razoável para publicações em periódicos, por exemplo, do estrato B3 para cima...

---

<sup>9</sup> As expressões “subir” ou “baixar o sarrafo” são usuais nas provas de salto em altura no Atletismo, indicando a altura que o saltador deverá tentar transpor o obstáculo, no caso, o sarrafo. Tornou-se uma metáfora usada no meio da Pós-Graduação para indicar os níveis de rigor e exigências da CAPES e dos Programas em relação a procedimentos administrativos como avaliação de Programa, credenciamento, reconexão de bolsa, etc. Lovisolo (2007) fez uso dessa expressão para mostrar que a “subida excessiva do sarrafo” poderia vir a inviabilizar os Programas de Pós-graduação em Educação Física, sobretudo as áreas sociocultural e pedagógica, o que de fato ocorreu.

Nesse cenário, bastante otimista, reconheço, creio que internamente à subárea Educação Física, não teríamos maiores problemas quanto a avaliações dos programas e a sobrevivência dos periódicos, porque não haveria uma movimentação maior decorrente dessa nova situação. Permaneceriam quase inalterados os critérios de avaliação, credenciamento, reconhecimentos, bolsas, etc.

Obviamente, há prejuízos externos, por assim dizer, como na comparação com as demais subáreas da área 21, com referência a editais de financiamento, etc.

Cenário 2: talvez o mais provável (conhecendo alguns coordenadores e colegas dos PPGs): o “sarrafo sobe” e tornam-se “interessantes” para as avaliações nos Programas apenas artigos publicados em periódicos de B1 para cima, ou mesmo apenas os dos estratos A. Aí, sim, teremos um quadro caótico!

Nesse caso, é possível antever dois movimentos antagônicos e concomitantes, decorrentes deste cenário 2: 1) os periódicos “não interessantes” para a avaliação dos PPGs passariam a correr o sério risco de morrer à mingua, por baixa (e mesmo desqualificada) demanda<sup>10</sup> e 2) pesquisadores docentes e discentes dos Programas se refugiando em periódicos de outras áreas (Saúde, Educação, Ciências Sociais) e sobretudo para periódicos internacionais (a que custo e com grande prejuízo para a comunidade científica brasileira da área). Esse aspecto já se delineava no horizonte no Fórum dos Editores de Porto Alegre (2019), tanto que, na Carta de Porto Alegre<sup>11</sup>, resultante do encontro, apontamos que essa política de valorizar indexadores que privilegiam periódicos de língua inglesa acaba por induzir docentes a enviarem um número consideravelmente menor de artigos às revistas que têm menos chance de emplacar em indicadores privilegiados pelos critérios de avaliação, normalmente as revistas nacionais. Forma-se um círculo vicioso que a médio e longo prazos tendem a levar os periódicos nacionais à extinção.

O fosso que se criaria entre os periódicos nacionais “não interessantes” para a pós e aqueles buscados pelos pesquisadores da pós tenderia a se alargar, resultando em uma situação em que: 1) por um lado, os periódicos da Educação Física não mais veiculariam a produção acadêmica mais qualificada da área; e por outro 2) a produção acadêmica da Educação Física estaria pulverizada em periódicos de outras áreas, melhor “qualificados” mas não necessariamente identificados com a nossa área.

---

<sup>10</sup> A RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte - se encontra num estrato intermediário superior do Qualis, à frente da maioria dos periódicos da Educação Física. Ainda assim, o Prof. Fernando Mascarenhas, atual Editor, apresentou recentemente (Belo Horizonte, novembro, 2022 – Simpósio Nacional do CBCE – 25 anos de GTTs) dados relativos ao número de submissões de artigos à revista que são preocupantes, mostrando uma tendência constante de redução de submissões nos últimos três anos.

<sup>11</sup> Carta de Porto Alegre. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2020e75772>. Acesso em: 23/08/2023

Se isso acontecer, precisaremos pensar seriamente em estratégias de sobrevivência dos nossos periódicos, porque a redução na quantidade de submissões e a redução na qualidade do que é submetido (produções de segunda linha), além da queda de valores arrecadados por estes periódicos, seja através de editais, seja em taxas de custeio de submissão (os que assim procedem), isso tudo poderia resultar em sérias dificuldades para a continuidade dos periódicos.

Acredito que em muito boa hora, o CBCE reativa o seu Fórum da pós-graduação e promove esse evento, para que possamos acompanhar de perto esses movimentos. Deixo, como contribuição, a lembrança do que já ocorreu com nossos periódicos no interior da Área 21: em 2012 ou 2013 (?), num encontro de editores, que ocorreu numa reunião da CAPES com coordenadores de Programas, promovemos por consenso uma certa indução dos nossos periódicos mais consolidados para estratos superiores, mesmo que estes não alcançassem, à época, as condições exigidas para uma reclassificação superior. Foi o caso da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, como representante de dos periódicos generalistas, e da Movimento, que já tinha a atual abordagem sociocultural e pedagógica.

## Referências

BARATA, R. de C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 24 ago. 2023.

LOVISOLO, H. R. “Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé”: critérios de avaliação e Qualis das Pós-Graduações em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 35-48, set. 2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/7/13>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PIRES, G. de L.; POFFO, B. A avaliação da pós-graduação em Educação Física e suas implicações para os periódicos da área: “publicar ou perecer” vale também para os editores. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p.111-126, 2018.

RODRIGUES, L. O. C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 35-48, set. 2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/8>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, M. R.; PIRES, G. L. A pós-graduação, a CAPES e os periódicos científicos (Editorial). **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXIV, n. 39, p. 07-13, dez. 2012.

SILVA, M. R.; PIRES, G. L. Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 780-89, out./dez. 2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/motrivivencia-25-registros-uma-trajetoria/articulo/S0101328914000134/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOMA, N. Y.; ALVES, A. D.; YANASSE, H. H. O Qualis Periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1128>. Acesso em: 24 ago. 2023.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 769-792, dez. 2011.

VILAÇA, M. M.; PALMA, A. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, jun. 2013.